

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DOS ESTADOS DE MT, MS E DO MUNÍCIPIO DE CACOAL/RO
SICOOB CENTRAL RONDON
BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em Reais)

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		636.547.723,13	270.310.950,78
Circulante		611.969.372,70	249.394.702,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	142.317.506,06	79.172.947,74
Disponibilidades		3.792,49	28.189,18
Títulos e Valores Mobiliários	6	142.313.713,57	79.144.758,56
Instrumentos Financeiros		459.149.082,20	156.902.788,44
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	459.149.082,20	156.902.788,44
Operações de Crédito	7	9.474.314,10	11.990.262,47
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		9.521.923,71	12.050.515,05
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(47.609,61)	(60.252,58)
Outros Créditos	8	961.265,35	1.200.179,97
Rendas a Receber		236,11	226,34
Diversos		961.029,24	1.199.953,63
Outros Valores e Bens	9	67.204,99	128.523,75
Outros Valores e Bens		11.003,23	18.583,92
Despesas Antecipadas		56.201,76	109.939,83
Não Circulante		24.578.350,43	20.916.248,41
Realizável a Longo Prazo		2.642.277,93	729.666,69
Operações de Crédito	7	2.642.277,93	729.666,69
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		2.655.555,72	733.333,36
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(13.277,79)	(3.666,67)
Permanente		21.936.072,50	20.186.581,72
Investimentos	10	18.467.518,82	16.355.947,58
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		13.206.239,40	11.094.668,16
Participações em Cooperativa exceto Coop. Central de Crédito		4.914.739,99	4.914.739,99
Outras Participações		346.539,43	346.539,43
Imobilizado de Uso	11	3.390.191,73	3.763.570,67
Imobilizado de Uso		5.803.006,05	5.911.299,10
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(2.412.814,32)	(2.147.728,43)
Intangível	12	78.361,95	67.063,47
Ativos Intangíveis		242.114,09	237.337,46
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(163.752,14)	(170.273,99)
Total do Ativo		636.547.723,13	270.310.950,78
PASSIVO		593.370.493,20	234.616.719,13
Circulante		593.370.493,20	234.448.418,67
Relações Interfinanceiras	13	589.727.171,65	231.173.141,88
Centralização Financeira - Cooperativas		589.727.171,65	231.173.141,88
Outras Obrigações	14	3.643.321,55	3.275.276,79
Sociais e Estatutárias	14.1	1.577.029,65	1.235.135,20
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	14.2	324.681,65	320.653,66
Diversas	14.3	1.741.610,25	1.719.487,93
Não Circulante		-	168.300,46
Outras Obrigações		-	168.300,46
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		-	168.300,46
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		43.177.229,93	35.694.231,65
Capital Social	15.a	41.640.926,88	34.176.855,15
De Domiciliados No País		41.640.926,88	34.176.855,15
Reserva de Sobras	15.b	1.494.436,44	1.482.328,44
Sobras ou Perdas Acumuladas	15.d	41.866,61	35.048,06
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		636.547.723,13	270.310.950,78

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMILIO JÚNIOR DE SOUZA
Diretor Administrativo Financeiro

DEVANILSON MAGALHÃES DA SILVA
Contador
CRC: MT 010764/O2

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DOS ESTADOS DE MT, MS E DO MUNÍCIPIO DE CACOAL/RO
SICOOB CENTRAL RONDON
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS
(Valores expressos em Reais)

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira	17	5.762.543,35	11.620.205,26	8.163.944,74	16.494.457,91
Operações de Crédito		132.652,66	364.337,84	412.586,00	816.494,39
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.a	4.395.806,71	8.592.520,58	5.740.591,86	11.614.030,38
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		1.234.083,98	2.663.346,84	2.010.766,88	4.063.933,14
Dispêndio da Intermediação Financeira		(5.543.618,41)	(10.889.736,42)	(7.524.326,48)	(15.213.918,98)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	13.a	(5.502.453,67)	(10.892.768,27)	(7.498.847,01)	(15.283.310,05)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	18	(41.164,74)	3.031,85	(25.479,47)	69.391,07
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		218.924,94	730.468,84	639.618,26	1.280.538,93
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(76.749,32)	759.900,64	(1.184.471,82)	102.123,61
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		8.108,34	17.340,28	18.642,33	48.389,52
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	19	(5.039.492,04)	(10.015.861,39)	(5.072.994,64)	(10.017.477,53)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	20	(2.162.526,74)	(4.565.081,12)	(2.748.079,15)	(5.169.156,32)
Despesas(Dispêndios) Tributárias		(13.567,02)	(39.160,06)	(18.056,82)	(52.796,91)
Resultado de participações em coligadas e controladas	10	1.331.561,41	1.331.561,41	-	-
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	21	5.852.324,28	14.086.271,45	7.062.169,24	15.731.525,72
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	22	(5,53)	(117,33)	(426.585,32)	(431.202,78)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Redução ao Valor Recuperável		(3.153,59)	(5.035,85)	-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		(25.037,45)	(25.037,45)	-	(11.513,16)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(24.960,98)	(24.979,30)	432,54	4.355,07
Resultado Operacional		142.175,62	1.490.369,48	(544.853,56)	1.382.662,54
Resultado Antes da Tributação e Participações		142.175,62	1.490.369,48	(544.853,56)	1.382.662,54
Imposto de Rendas		(347,06)	(875,62)	(1.014,95)	(2.599,51)
Contribuição Social		(374,45)	(925,04)	(1.057,82)	(2.708,40)
Participações nos Resultados de Empregados		(653.708,77)	(1.428.028,83)	(612.882,34)	(1.327.285,97)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		(512.254,66)	60.539,99	(1.159.808,67)	50.068,66
Destinações Legais e Estatutárias		-	(18.673,38)	-	(15.020,60)
FATES	14.1.b	-	(6.565,38)	-	(5.006,87)
Reserva Legal	15.b/d	-	(12.108,00)	-	(10.013,73)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		(512.254,66)	41.866,61	(1.159.808,67)	35.048,06
Sobras/Perdas Líquidas		(512.254,66)	41.866,61	(1.159.808,67)	35.048,06

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMILIO JÚNIOR DE SOUZA
Diretor Administrativo Financeiro

DEVANILSON MAGALHÃES DA SILVA
Contador
CRC: MT 010764/O2

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DOS ESTADOS DE MT, MS E DO MUNÍCIPIO DE CACOAL/RO
SICOOB CENTRAL RONDON
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Valores expressos em Reais)

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		(512.254,66)	60.539,99	(1.159.808,67)	50.068,66
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente	2.1.c	(512.254,66)	60.539,99	(1.159.808,67)	50.068,66

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMILIO JÚNIOR DE SOUZA
Diretor Administrativo Financeiro

DEVANILSON MAGALHÃES DA SILVA
Contador
CRC: MT 010764/O2

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DOS ESTADOS DE MT, MS E DO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO
SICOOB CENTRAL RONDON
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em Reais)

Eventos	Notas	Capital				Reservas de Sobras				Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva de Capital	Reserva Legal	Estatutárias	Contingências	Expansão	Outras		
Saldo em 31/12/2018		28.604.341,55	-	-	1.472.314,71	-	-	-	-	48.517,60	30.125.173,86
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ao Capital		48.517,60	-	-	-	-	-	-	-	(48.517,60)	-
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		5.524.004,00	-	-	-	-	-	-	-	-	5.524.004,00
Por Devolução (-)		(8,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	(8,00)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	-	-	-	-	50.068,66	50.068,66
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	14.d	-	-	-	10.013,73	-	-	-	-	(10.013,73)	-
F A T E S	14.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.006,87)	(5.006,87)
Saldo em 31/12/2019		34.176.855,15	-	-	1.482.328,44	-	-	-	-	35.048,06	35.694.231,65
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ao Capital		35.048,06	-	-	-	-	-	-	-	(35.048,06)	-
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		7.429.023,67	-	-	-	-	-	-	-	-	7.429.023,67
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	-	-	-	-	60.539,99	60.539,99
FATES - Atos Não Cooperativos	16	-	-	-	-	-	-	-	-	(511,38)	(511,38)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	14.d	-	-	-	12.108,00	-	-	-	-	(12.108,00)	-
F A T E S	14.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.054,00)	(6.054,00)
Saldo em 31/12/2020		41.640.926,88	-	-	1.494.436,44	-	-	-	-	41.866,61	43.177.229,93
Saldo em 30/06/2019		29.976.855,15	-	-	1.472.314,71	-	-	-	-	1.209.877,33	32.659.047,19
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ao Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		4.200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	4.200.000,00
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.159.808,67)	(1.159.808,67)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	14.d	-	-	-	10.013,73	-	-	-	-	(10.013,73)	-
F A T E S	14.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.006,87)	(5.006,87)
Saldo em 31/12/2019		34.176.855,15	-	-	1.482.328,44	-	-	-	-	35.048,06	35.694.231,65
Saldo em 30/06/2020		35.911.903,21	-	-	1.482.328,44	-	-	-	-	572.794,65	37.967.026,30
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		5.729.023,67	-	-	-	-	-	-	-	-	5.729.023,67
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	-	-	-	-	(512.254,66)	(512.254,66)
FATES - Atos Não Cooperativos	16	-	-	-	-	-	-	-	-	(511,38)	(511,38)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	14.d	-	-	-	12.108,00	-	-	-	-	(12.108,00)	-
F A T E S	14.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.054,00)	(6.054,00)
Saldo em 31/12/2020		41.640.926,88	-	-	1.494.436,44	-	-	-	-	41.866,61	43.177.229,93

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMILIO JÚNIOR DE SOUZA
Diretor Administrativo Financeiro

DEVANILSON MAGALHÃES DA SILVA
Contador
CRC: MT 010764/O2

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DOS ESTADOS DE MT, MS E DO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO
SICOOB CENTRAL RONDON
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em Reais)

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		(512.254,66)	60.539,99	(1.159.808,67)	50.068,66
Resultado de Equivalência Patrimonial		(1.331.561,41)	(1.331.561,41)	-	-
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		41.164,74	(3.031,85)	25.479,47	(69.391,07)
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		25.375,00	25.393,32	(432,54)	(4.355,07)
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		25.037,45	25.037,45	-	11.513,16
Atualização de depósitos em garantia		3.153,59	5.035,85	-	-
Depreciações e Amortizações		201.836,18	401.453,48	203.698,38	405.533,77
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		(1.547.249,11)	(817.133,17)	(931.063,36)	393.369,45
Aumento (redução) em ativos operacionais					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(45.007.944,03)	(302.246.293,76)	29.656.957,89	41.873.471,22
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	0,00	(0,00)
Operações de Crédito		(8.232.946,10)	606.368,98	(2.095.893,07)	(7.168.295,97)
Outros Créditos		(29.548,23)	238.914,62	148.834,52	(436.212,60)
Outros Valores e Bens		36.421,27	61.318,76	(4.669,62)	(69.441,69)
Aumento (redução) em passivos operacionais					
Relações Interfinanceiras		70.174.494,53	358.554.029,77	(28.444.887,79)	(33.889.729,21)
Outras Obrigações		300.915,82	151.114,19	366.135,06	60.229,95
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		(511,38)	(511,38)	-	-
FATES Sobras Exercício		(6.054,00)	(6.054,00)	(5.006,87)	(5.006,87)
Imposto de Renda		(347,06)	(875,62)	(1.014,95)	(2.599,51)
Contribuição Social		(374,45)	(925,04)	(1.057,82)	(2.708,40)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		15.686.857,26	56.539.953,35	(1.311.666,01)	753.076,37
Atividades de Investimentos					
Aquisição de Intangível		(3.645,01)	(30.531,80)	(45.494,90)	(56.322,86)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(55.527,95)	(13.877,07)	(47.410,01)	(212.707,16)
Aquisição de investimentos		72.594,35	(780.009,83)	-	(1.497.531,69)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		13.421,39	(824.418,70)	(92.904,91)	(1.766.561,71)
Atividades de Financiamentos					
Aumento por Novos Aportes de Capital		5.729.023,67	7.429.023,67	4.200.000,00	5.524.004,00
Devolução de Capital à Cooperados		-	-	-	(8,00)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		5.729.023,67	7.429.023,67	4.200.000,00	5.523.996,00
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		21.429.302,32	63.144.558,32	2.795.429,08	4.510.510,66
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	120.888.203,74	79.172.947,74	76.377.518,66	74.662.437,08
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	142.317.506,06	142.317.506,06	79.172.947,74	79.172.947,74
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		21.429.302,32	63.144.558,32	2.795.429,08	4.510.510,66

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMILIO JÚNIOR DE SOUZA
Diretor Administrativo Financeiro

DEVANILSON MAGALHÃES DA SILVA
Contador
CRC: MT 010764/O2



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DOS ESTADOS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E DO MUNICÍPIO DE CACOAL /RO – SICOOB CENTRAL RONDON

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2020

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DOS ESTADOS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E DO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO – SICOOB CENTRAL RONDON** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **05/04/1994**, filiada e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CENTRAL RONDON** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 01/02/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular BCB nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020, entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN nº 4.818/20 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

O Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

c) Resultado abrangente

O Banco Central do Brasil por meio da Resolução CMN nº 4720 de 30 de maio de 2019 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, determinou a elaboração e divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve resultado abrangente no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DOS ESTADOS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E DO MUNICÍPIO DE CACOAL /RO - SICOOB CENTRAL RONDON junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão:

- ✓ Manutenção do atendimento as singulares, com os cuidados de distanciamento, utilização de máscara e álcool gel para empregados com trabalho presencial;
- ✓ Adequação dos contratos possibilidade a assinatura via aplicativos e certificados digitais;
- ✓ Readequação de ambientes internos da Central para reduzir a quantidade de pessoas por setor;
- ✓ Implantação de home office para gestantes, mães de filhos menores de 7 anos, grupo de risco
- ✓ Implantação do comitê para tratamento do Covid
- ✓ Orientação e disponibilização de material informativo
- ✓ Implantação de soluções de TI para atividades fora da central de forma remota
- ✓ Orientação aos prestadores de serviços sobre os cuidados e orientações da OMS;
- ✓ Concessão de férias e compensação de horas de horas para a equipe;
- ✓ Eliminação de eventos presenciais;
- ✓ Cancelamento de formações presenciais na Central
- ✓ Redução de viagens e implantação de formações e reuniões por vídeo
- ✓ Foram monitorados mensalmente os cenários de estresse desenvolvidos pelo CCS, com impactos de liquidez, crédito e capital, sendo repassadas as orientações e formas de mitigação de efeitos as singulares

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CONFEDERAÇÃO**, avaliadas pelo método de custo de aquisição, e ações do Bancoob pela equivalência Patrimonial.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

l) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018).

Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	3.792,49	28.189,18
Títulos e Valores mobiliários (a)	142.313.713,57	79.144.758,56
<i>Cotas de fundo de renda fixa</i>	124.908.071,76	69.942.078,17
<i>Títulos Públicos Federais</i>	17.405.641,81	9.202.680,39
TOTAL	142.317.506,06	79.172.947,74

(a) Referem-se às aplicações no Fundo Bancoob Centralização e Sicoob Institucional, administrados pelo Bancoob DTVM e aplicação em Letras Financeiras do Tesouro. Os fundos e a aplicação em LFT têm a finalidade de prover liquidez diária à Central para fazer face às necessidades de encaixe de recursos das cooperativas singulares, e por isso tem as características descritas no pronunciamento CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	459.149.082,20	156.902.788,44
TOTAL	459.149.082,20	156.902.788,44

a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração entre 96% e 101% do CDI. Em 31/12/2020 e 31/12/2019 o Sicoob Central Rondon obteve rendas com essas aplicações no montante de R\$ 8.592.520,58 e R\$ 11.614.030,38.

6. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e Valores mobiliários	142.313.713,57	79.144.758,56
<i>Cotas de fundo de renda fixa (a)</i>	124.908.071,76	69.942.078,17
<i>Títulos Públicos Federais (b)</i>	17.405.641,81	9.202.680,39
TOTAL	142.313.713,57	79.144.758,56

(a) Referem-se às aplicações no Fundo Bancoob Centralização e Sicoob Institucional, administrados pelo Bancoob DTVM.

(b) Trata-se de Letras Financeiras do Tesouro com vencimentos em 2021 e 2023, cujos rendimentos são apropriados diariamente pelo preço unitário divulgado pelo Banco Central. Tais aplicações são classificadas no ativo circulante uma vez que a fonte desses recursos é originária da centralização financeira de recursos de municípios das cooperativas filiadas e mantidas como estoque de aplicações com liquidez imediata, caso haja demanda por parte dos associados.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	9.521.923,71	2.655.555,72	12.177.479,43	12.783.848,41
Total de Operações de Crédito	9.521.923,71	2.655.555,72	12.177.479,43	12.783.848,41
(-) Provisões para Operações de Crédito	(47.609,61)	(13.277,79)	(60.887,40)	(63.919,25)
TOTAL	9.474.314,10	2.642.277,93	12.116.592,03	12.719.929,16

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A	0,5%	Normal	12.177.479,43	12.177.479,43	(60.887,40)	12.783.848,41	(63.919,25)
Total Normal			12.177.479,43	12.177.479,43	(60.887,40)	12.783.848,41	(63.919,25)
Total Geral			12.177.479,43	12.177.479,43	(60.887,40)	12.783.848,41	(63.919,25)
Provisões			(60.887,40)	(60.887,40)		(63.919,25)	
Total Líquido			12.116.592,03	12.116.592,03		12.719.929,16	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	4.871.923,79	4.649.999,92	2.655.555,72	12.177.479,43
TOTAL	4.871.923,79	4.649.999,92	2.655.555,72	12.177.479,43

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2020	% da Carteira
Instituições Financeiras	12.177.479,43	12.177.479,43	100%
TOTAL	12.177.479,43	12.177.479,43	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(63.919,25)	(133.310,32)
Constituições / Reversões	3.031,85	69.391,07
TOTAL	(60.887,40)	(63.919,25)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	4.300.000,00	35,31%	5.000.000,00	39,11%
10 Maiores Devedores	12.177.479,43	100,00%	12.783.848,41	100,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	5.691.012,98	5.791.863,90
Valor das operações recuperadas no período	(45.493,52)	(100.850,92)
TOTAL	5.645.519,46	5.691.012,98

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Rendas a Receber	236,11	226,34
Diversos	961.029,24	1.199.953,63
Adiantamentos e antecipações salariais	10.670,88	-
Pagamentos a ressarcir (a)	932.930,50	1.196.480,13
Devedores diversos - país	17.427,86	3.473,50
TOTAL	961.265,35	1.200.179,97

(a) Refere-se ao rateio das despesas do Sicoob Central Rondon, a ser pago pelas singulares em janeiro de 2021, relativo ao mês de dezembro de 2020.

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Material em Estoque	11.003,23	18.583,92
Despesas Antecipadas (a)	56.201,76	109.939,83
TOTAL	67.204,99	128.523,75

(a) Composto por despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, licença de softwares e antivírus pagos antecipadamente.

10. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participações Inst. Finan. Controlada Coop. Crédito (a)	13.206.239,40	11.094.668,16
Sicoob Confederação	4.914.739,99	4.914.739,99
Outras participações - CNAC/ Corretoras	346.539,43	346.539,43
TOTAL	18.467.518,82	16.355.947,58

(a) Em 11/02/2020, foi firmado um novo acordo entre as Cooperativas Centrais acionistas do Bancoob, no qual alterou-se a regra de composição do Conselho de Administração do banco, fazendo com que cada Central passe a ter direito a um único voto nas reuniões, independentemente da quantidade de ações que cada Central possua. A quantidade de ações somente será considerada como critério de desempate em deliberações futuras. Em razão disso, o Sicoob Central Rondon passou a registrar o investimento por meio do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), com base no item 5 do CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. A receita com equivalência patrimonial no exercício de 2020 correspondeu a R\$ 1.331.561,41.

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	-	79.279,00	-
Terrenos	595.000,00	595.000,00	-
Edificações	3.317.214,15	3.317.214,15	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(1.119.581,46)	(986.382,90)	-
Instalações	260.389,76	248.731,76	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(147.243,69)	(106.339,03)	-
Móveis e equipamentos de Uso	492.797,03	520.175,37	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(337.394,56)	(351.129,67)	-
Sistema de Comunicação	58.194,57	71.177,70	20%
Sistema de Processamento de Dados	744.959,90	764.385,92	20%
Sistema de Segurança	91.785,89	72.670,45	10%
Sistema de Transporte	242.664,75	242.664,75	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(808.594,61)	(703.876,83)	-
TOTAL	3.390.191,73	3.763.570,67	

12. Intangível

Nesta rubrica registram-se dos direitos que a tenham por objetos incorpóreos, destinados a manutenção da instituição como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Outros Ativos Intangíveis adquiridos antes de 01/10/2013	113.276,69	161.934,25	20%
Outros Ativos Intangíveis adquiridos após de 01/10/2013	128.837,40	75.403,21	20%
(-) Depreciação Acum. de Ativos Intangíveis	(163.752,14)	(170.273,99)	-
TOTAL	78.361,95	67.063,47	-

13. Relações interfinanceiras

Refere-se aos valores mantidos pelas cooperativas integrantes do Sistema Sicoob Central Rondon para fins de centralização financeira.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Centralização Financeira - Cooperativas	589.727.171,65	231.173.141,88
TOTAL	589.727.171,65	231.173.141,88

a) A remuneração média atual da centralização financeira foi de 100% do CDI e sua liquidez é imediata. Os dispêndios ou despesas com depósitos intercooperativos são reconhecidos na

demonstração de sobras ou perdas na rubrica “Dispêndios de Depósitos Intercooperativos” e totalizaram R\$ 10.892.768,27 e R\$ 15.283.310,05 em 2020 e em 2019, respectivamente.

b) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	119.119.036,98	20,20%	56.025.871,13	24,24%
10 Maiores Depositantes	589.727.171,65	100,00%	231.173.141,88	100,00%

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sociais e Estatutárias	1.577.029,65	1.235.135,20
Fiscais e Previdenciárias	324.681,65	320.653,66
Diversas	1.741.610,25	1.719.487,93
TOTAL	3.643.321,55	3.275.276,79

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Participações nas Sobras (a)	1.570.464,27	1.230.128,33
Resultado de Atos com Associados	6.054,00	-
Resultado de Atos com não associados (b)	511,38	5.006,87
TOTAL	1.577.029,65	1.235.135,20

(a) Provisão para pagamento de participação nas sobras aos administradores e colaboradores da Central, conforme aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 26/10/2016 e registrada na ATA CA nº. 188/2016.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições s/Lucro a pagar	400,06	1.038,02
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	10.436,03	11.780,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	313.777,66	307.086,75

Outros	67,70	748,89
TOTAL	324.681,45	320.653,66

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	1.225,00	1.433,40
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	777.828,24	698.303,13
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	25.375,00	395,70
Credores Diversos - País	937.182,01	1.019.355,70
<i>Pendências a regularizar</i>	-	1.224,02
<i>Pendências a regularizar - BANCOOB</i>	-	71.525,00
<i>Custo de Lançamento da Centralização financeira (b)</i>	937.182,01	946.606,68
TOTAL	1.741.610,25	1.719.487,93

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com pessoal e outras despesas administrativas da cooperativa.

(b) Referem-se à remuneração a pagar pela centralização financeira mantida na Central pelas cooperativas singulares filiadas, relativa ao mês de dezembro de 2020, efetivamente paga no mês de janeiro de 2021.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2020**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 7.464.071,73** por meio de integralização de capital pelas cooperativas singulares filiadas.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	41.640.926,88	34.176.855,15
Associados	8	8

b) Reserva de Sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica,

Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

As sobras líquidas apuradas nos exercícios de 2019 no valor de R\$ 50.068,66, por deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 20/03/2020, deste montante, R\$ 10.013,73 foi destinado ao fundo de reserva, R\$ 5.006,87 foi destinado ao FATES e R\$ 35.048,06 foi destinado para integralização da conta capital de cada cooperativa filiada proporcionalmente as operações passivas.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	60.539,99	50.068,66
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	511,38	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	60.028,61	50.068,66
Destinações estatutárias	18.162,00	15.020,60
Fundo de reserva - 20%	12.108,00	10.013,73
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	6.054,00	5.006,87
Sobra à disposição da Assembleia Geral	41.866,61	35.048,06

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Receita de prestação de serviços	62.340,65	55.376,57
Despesas específicas de atos não cooperativos	(56.810,38)	(37.615,58)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(3.218,23)	(15.021,05)
Resultado operacional	2.312,04	2.739,94
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas		-
Imposto de renda e contribuição social	(1.806,66)	(5.307,91)
Resultado de atos não cooperativos (lucro ou prejuízo líquido)	505,38	(2.567,97)

17. Ingressos/Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rendas de empréstimos	109.464,32	318.844,32	327.877,93	715.261,36
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.395.806,71	8.592.520,58	5.740.591,86	11.614.030,38
Rendas de títulos de renda fixa	135.671,48	300.454,80	239.784,51	354.336,52
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	1.130.824,44	2.474.043,25	1.770.982,37	3.709.596,62
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	23.188,34	45.493,52	84.708,07	101.233,03

Prejuízos com títulos de renda Fixa	(32.411,94)	(111.151,21)	-	-
TOTAL	5.762.543,35	11.620.205,26	8.163.944,74	16.494.457,91

18. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rever. Provisões para Operações de Crédito	8.680,65	67.094,18	31.093,54	149.130,75
Provisões para Operações de Crédito	(49.845,39)	(64.062,33)	(56.573,01)	(79.739,68)
TOTAL	(41.164,74)	3.031,85	(25.479,47)	69.391,07

19. Despesas de pessoal

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(74.700,00)	(147.033,79)	(102.751,32)	(163.403,57)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(824.273,11)	(1.597.106,62)	(723.146,56)	(1.424.059,92)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(887.386,84)	(1.684.126,36)	(870.991,35)	(1.687.821,75)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(986.263,42)	(1.977.571,59)	(933.022,35)	(1.877.783,50)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.234.460,32)	(4.479.098,43)	(2.376.881,42)	(4.719.081,86)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(23.052,61)	(104.726,80)	(62.328,57)	(141.453,86)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(9.355,74)	(26.197,80)	(3.873,07)	(3.873,07)
TOTAL	(5.039.492,04)	(10.015.861,39)	(5.072.994,64)	(10.017.477,53)

20. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(61.979,56)	(116.189,70)	(55.731,33)	(106.222,39)
Despesas de Aluguéis	(8.558,49)	(20.471,48)	(6.206,38)	(11.695,23)
Despesas de Comunicações	(78.790,79)	(152.465,09)	(91.379,27)	(184.873,89)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(95.028,70)	(143.041,46)	(52.644,76)	(118.841,78)
Despesas de Material	(15.261,38)	(40.304,62)	(33.894,92)	(61.382,21)
Despesas de Processamento de Dados	(154.883,50)	(284.923,33)	(173.165,62)	(277.114,97)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(209.025,79)	(502.448,01)	(81.796,02)	(107.357,20)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(221.550,17)	(543.420,69)	(618.974,51)	(1.168.923,94)
Despesas de Publicações	(1.583,00)	(3.610,00)	(1.091,00)	(2.529,00)
Despesas de Seguros	(7.784,33)	(18.043,27)	(11.077,13)	(17.960,28)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(52.621,32)	(80.220,44)	(15.364,18)	(27.342,29)
Despesas de Serviços de Terceiros	(144.059,37)	(273.865,60)	(138.754,74)	(235.691,17)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(4.571,84)	(9.296,29)	(4.804,23)	(9.259,65)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(291.123,23)	(574.920,56)	(289.742,18)	(520.185,44)
Despesas de Transporte	(16.946,40)	(34.270,97)	(10.712,38)	(32.618,17)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	(13.637,36)	-	(19.487,63)

Despesas de Viagem no País	(24.708,74)	(110.394,78)	(299.139,58)	(645.404,86)
Despesas de Amortização	(9.230,96)	(19.233,32)	(10.520,23)	(21.339,89)
Despesas de Depreciação	(192.605,22)	(382.220,16)	(193.178,15)	(384.193,88)
Outras Despesas Administrativas	(75.625,91)	(136.378,90)	(97.804,14)	(189.268,19)
Emolumentos judiciais e cartorários	(403,65)	(1.399,39)	(2.752,95)	(4.378,20)
Contribuição a OCE	(3.243,12)	(5.049,36)	(3.847,28)	(6.367,28)
Rateio de despesa do Sicoob Confederação	(492.941,27)	(1.099.276,34)	(555.498,17)	(1.016.718,78)
TOTAL	(2.162.526,74)	(4.565.081,12)	(2.748.079,15)	(5.169.156,32)

21. Outras receitas operacionais

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	5.503,71	115.542,69	50.526,19	213.634,44
Dividendos	-	799.702,31	-	1.431.371,15
Deduções e abatimentos	4.586,89	6.595,97	340,47	428,51
Distribuição de Sobras da Confederação	-	-	-	5.125,53
Rateio de despesas da central entre filiadas	5.839.733,68	12.478.934,07	6.908.302,58	13.910.854,59
Outras rendas operacionais	2.500,00	685.496,41	103.000,00	170.111,50
TOTAL	5.852.324,28	14.086.271,45	7.062.169,24	15.731.525,72

22. Outras despesas operacionais

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Perdas demandas trabalhistas	-	-	(421.337,46)	(421.337,46)
Demais despesas operacionais	(5,53)	(117,33)	(5.247,86)	(9.865,32)
TOTAL	(5,53)	(117,33)	(426.585,32)	(431.202,78)

23. Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se à operações realizadas e a remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores e as cooperativas singulares por eles dirigidas e membros próximos da família de tais pessoas. Segue posição das transações ativas e passivas:

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central.

23.1 Operações Ativas e Passivas com partes relacionadas

Cooperativas Singulares

Transação	Ativo/ (Passivo/PL)		Receitas/ (Despesas)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos				
Operações de Crédito	12.116.592,03	12.719.929,16	318.844,32	715.261,36
Rateio/Alocação Filiadas a receber	932.930,50	1.196.480,13	12.478.934,07	13.910.854,59
Passivos				
Centralização Financeira	(589.727.171,65)	(231.173.141,88)	(10.892.768,30)	(15.283.310,05)
Rendimentos centralização a pagar	(937.182,01)	(946.606,68)	-	-
Patrimônio Líquido				
Capital Social	(41.640.926,88)	(34.176.855,15)	-	-

23.2 Remunerações de Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se basicamente à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores desta remuneração todos os benefícios concedidos pelo SICOOB CENTRAL RONDON ao pessoal-chave da administração em troca dos serviços que lhe são prestados:

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Honorários	(778.161,75)	(720.638,40)
Cédulas de Presença / Comitê eleitoral	(397.423,71)	(378.041,36)
Conselho de Adm.	(468.172,80)	(410.018,40)
FGTS	(96.672,17)	(62.510,09)
Encargos Sociais	(453.936,00)	(322.961,08)
13º Salário	(89.382,15)	(78.765,33)
Vale Alimentação	(29.557,68)	(25.200,00)
Previdência Complementar	(69.673,18)	(27.515,20)
Assistência médica/odontológica	(27.505,04)	(21.787,21)
Seguros de vida	(794,88)	(772,32)
Provisão para PRR	(494.463,38)	(502.656,00)
TOTAL	(2.905.742,74)	(2.550.865,39)

24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Centro Cooperativo Sicoob – CCS.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Centro Cooperativo Sicoob – CCS) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

25. Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa central é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 5.075.000,00 (R\$ 79.140,19 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com o Bancoob.

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	173.624.102,86	96.765.182,91
Patrimônio de Referência (RWARPC)	34.202.515,38	28.095.216,84
Índice de Basileia %	19,68%	29,02%
Razão de Alavancagem (RA) %	5,40%	10,64%
Índice de imobilização %	10,94%	14,63%

28. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Natureza	Probabilidade de Perda 31/12/2020		Probabilidade de Perda 31/12/2019	
	Depósito Judicial	Provável	Depósito Judicial	Provável
Trabalhistas	-	-	-	168.300,36
TOTAL PROVISÃO	-	-	-	168.300,36

a) Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CENTRAL RONDON, existem processos judiciais de natureza cível nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 7.271.417,12 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 7.336.200,39 em 31/12/2019). Essas ações referem-se substancialmente a demandas para reparação por danos morais e materiais, impetradas por associados da Cooperativa de Crédito Rural do Pantanal Ltda., por perdas apuradas em decorrência da



liquidação daquela cooperativa alegando-se responsabilidade solidária do Sicoob Central MT/MS (atual Sicoob Central Rondon). Estas ações tramitam no Tribunal de Justiça do Mato Grosso e no Superior Tribunal de Justiça, sendo que não há entendimento pacificado quanto procedência dos pleitos. Por esse motivo, tais ações estão classificadas com probabilidade de perda possível.

Cuiabá/MT, 31 de dezembro de 2020

EMILIO JÚNIOR DE SOUZA
Diretor Administrativo Financeiro

DEVANILSON MAGALHÃES DA SILVA
Contador
CRC: MT 010764/O2

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Central das Cooperativas de Crédito dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Município de Cacoal/RO - Sicoob Central Rondon

Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central das Cooperativas de Crédito dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Município de Cacoal/RO - Sicoob Central Rondon, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Central Rondon em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Montante significativo de passivos contingentes

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 28.a, que trata dos processos judiciais cíveis nos quais a cooperativa figura como polo passivo, cujo montante em discussão é de aproximadamente R\$ 7.271.400 em 31 de dezembro de 2020. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da cooperativa, a probabilidade de perda nessas demandas foi classificada como possível, o que não requer o registro de provisão nas demonstrações contábeis, necessitando apenas da divulgação em Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, em conformidade com o previsto na Resolução CMN nº 3.823/2009, que recepcionou a NBC TG 25. Os valores envolvidos correspondem a cerca de 17% do patrimônio líquido do Sicoob Central Rondon, em 31 de dezembro de 2020. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

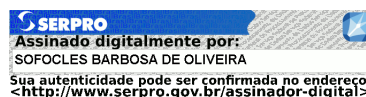
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 15 de março de 2021.



Sófocles Barbosa de Oliveira
Contador CRC PB 008067/O
CNAI 1804